

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 637.598 - MG (2020/0349149-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : LUCIO MARCOS DA SILVEIRA
ADVOGADOS : EULER SILVA DE SOUZA - MG109514
HUGO VIOL FARIA - MG169332
HENDRYWS ROSBERG PEDROZA CIMINO E OUTROS -
MG119442
HUGO TADEU VICENTE VIDAL - MG180359
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO

Cuida-se de pedido de reconsideração, apresentado por LUCIO MARCOS DA SILVEIRA, contra a decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o pedido de reconsideração pode ser recebido como agravo regimental, ante o princípio da fungibilidade recursal, desde que apresentado no prazo legal, como ocorreu no caso dos autos.

Assim, tendo em vista as razões lançadas na petição de fls. 119/130, conheço do pedido de reconsideração como agravo regimental e determino a vista ao "recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, § 1º", aplicando-se, *mutatis mutandis*, o § 3º do art. 1.024 do Código de Processo Civil.

Após, distribua-se o agravo regimental, nos termos do art. 21-E, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente